



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

OFÍCIO Nº 86/2022 – GS/SEGGOV

João Pessoa-PB, 30 de agosto de 2022.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador **Valdir José Dowsley**
Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa.
N e s t a

Assunto: **Substituição do texto da Mensagem 066 e respectivo PLO que Altera a Lei Ordinária 11.407 – CMDCA.**

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, em apenso, arquivos contendo nova redação da Mensagem 066/2022 e seu respectivo Projeto de Lei Ordinária, que **“dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 11.407, de 07 de abril de 2008, e dá outras providências”**, para que seja substituído o arquivo enviado anteriormente, que está apenso ao PLO 964/2022, o qual, por questões técnicas, foi retirado de pauta em 06/06/2022.

Sem mais para o momento, renovamos os nossos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

DIEGO TAVARES DE ALBUQUERQUE
Secretário
Secretaria de Gestão Governamental - SEGGOV



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3C77-8727-8EDA-1DA5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE (CPF 011.XXX.XXX-02) em 02/09/2022 09:27:45
(GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3C77-8727-8EDA-1DA5>

MENSAGEM Nº 066/2022

De 31 de março de 2022

Ao

Excelentíssimo Senhor

Vereador **VALDIR JOSÉ DOWSLEY**

Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa

N e s t a

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, amparado pelo art. 32, I c/c artigo 60, inciso I da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de João Pessoa, o Projeto de Lei que **“ALTERA O § 6º, DO ART. 22, DA LEI ORDINÁRIA 11.407, DE 07 DE ABRIL DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Consoante a Medida Provisória 02/2021, regulamentada pela **Lei Ordinária nº 14.129 de 20 de abril de 2021**, que desmembra a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDES, dando origem à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania – SEDHUC, assim definindo as suas atribuições nas ações socioassistenciais na política de proteção da criança e do adolescente.

Conforme o Art. 11, da Lei 14.129/2021, além de todas as ações tipificadas na política de assistência social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, passam a vigorar vinculados na estrutura Organizacional da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SEDHUC, além de outros Conselhos de Direitos. Esta medida vincula todos os programas, serviços e benefícios de transferência de renda do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, a saber: os atendimentos de vítimas de violência sexual, ações estratégicas para erradicação do trabalho infantil, atendimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acolhimento institucional, dentre outros não menos importantes. A SEDHUC assume, como missão articulada a operacionalização e materialização das garantias dos direitos humanos fundamentais, expressos na Constituição Federal de 1988, as ações associadas à política de assistência social.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar a legitimidade da participação

da SEDHUC nas discussões e nas decisões junto ao colegiado do CMDCA. A infância e a adolescência são períodos cruciais do desenvolvimento humano e, por essa razão, necessitam de condições especiais para que transcorram de modo pleno e saudável. Historicamente, foi somente na Constituição Federal de 1988 que, pela primeira vez, reconheceu a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, garantidos na forma da lei, como qualquer cidadão brasileiro. Trilhando o caminho da Constituição, foi sancionada a Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O município de João Pessoa, a exemplo das grandes capitais do nordeste do Brasil, possui inúmeras crianças e adolescentes advindos de famílias em situação de vulnerabilidade social, situação por vezes agravada pelas mais diversas formas de violações de direitos. Por outro lado, tem avançado no que se refere à implementação de ações objetivas, voltadas aos cuidados, proteção, prevenção e a inclusão da pessoa com deficiência, nas mais diversas políticas.

Ante o exposto, esperamos que o conteúdo do presente Projeto de Lei comungue com o pensamento dos ilustres Edis, a fim de acolhê-lo e aprová-lo integralmente.

Assim, tendo em conta a necessidade de conferir imediata eficácia ao bem social buscado pela norma, **solicito urgência na apreciação** do presente Projeto de Lei, na forma prevista no art. 34, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

Nestas condições, conto com o apoio unânime dos Senhores Vereadores que compõem essa Casa Legislativa, para apreciação da matéria, uma vez que está presente o relevante e inquestionável interesse público.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores, protestos de elevado respeito e consideração.

Cordialmente,

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 31 DE MARÇO DE 2022.

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI
ORDINÁRIA Nº 11.407, DE 07 DE ABRIL DE
2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA,
FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica alterado o § 6º, do Art. 22, da Lei Ordinária nº 11.407, de 07 abril de 2008, no que se refere à composição dos representantes do Governo Municipal no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, passando a constar com a seguinte composição:

“Art. 22 [...]

§ 6º [...]

I – Gabinete do Prefeito

II – Secretaria de Educação e Cultura;

III – Secretaria de Desenvolvimento Social;

IV – Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania;

V – Secretaria de Saúde.”

Art. 2º Os demais dispositivos da citada Lei permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**PAÇO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, em 31 de
março de 2022.**

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6D9E-DC77-0250-1897

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 30/08/2022 15:01:42 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/6D9E-DC77-0250-1897>